

ESCRavidÃO e LIBERDADE

estudos sobre gênero & corpo,
memória & trabalho

ORGANIZADORES

Lúcia Helena Oliveira Silva

Jaime Rodrigues

Airton Felix Silva Souza



A FREE BLACK-GIRL.

(Negra Bahiana.)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Lúcia Helena Oliveira Silva, Jaime Rodrigues e Airton Felix Silva Souza..... 9

PARTE I – GÊNERO E CORPO

- Amas de leite em Montevideu entre a escravidão e a Abolição (1820-1890)
Florencia Thul Charbonnier 15
- As últimas escravas: negociações e estratégias de liberdade na trajetória de mulheres
escravizadas no Rio da Prata (Santa Fé e Paraná, 1810-1860)
Magdalena Candiotti 41
- “Dos afazeres de meninas de cor”: trabalho doméstico, infância e situações de
exploração 1920-1950
Lúcia Helena Oliveira Silva 65
- De escravizada a proprietária, ou os Minas no Recife: tráfico negreiro, presença
africana e a trajetória de Thereza Afonso (c.1720-c.1767)
Filipe Matheus Marinho de Melo 77
- O domínio impresso nos corpos: os escravizados e as marcas feitas a ferro quente
como estratégia de controle do comércio atlântico no século XVIII
Suely Creusa Cordeiro de Almeida e Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira... 93
- “Por ser mulher de cor”: relações de gênero e de raça na cidade de São Paulo (década
de 1860)
Caroline da Silva Mariano 109
- Cirurgias e experimentos em corpos cativos e libertos pela Medicina acadêmica
baiana e pernambucana do Oitocentos
Bárbara Barbosa dos Santos..... 125
- A economia dos castigos na era da segunda escravidão: Vale do Paraíba e Vale do
Mississippi, século XIX
Marcelo Rosanova Ferraro..... 141

“As criadas também têm outra vida nas suas mãos: a vida moral dos que as cercam”: mulheres afrodescendentes e o serviço doméstico (Belo Horizonte, 1897-1930) <i>Marileide Lázara Cassoli</i>	167
Uma análise dos discursos sobre mulheres negras nos estudos de compadrio <i>Rachel dos Santos Marques</i>	187
Sentidos possíveis de maternidades negras em experiências escravizadas. Construir o olhar de dentro na historiografia <i>Bruna Letícia de Oliveira dos Santos</i>	203
Histórias de mulheres negras no mercado de trabalho: caminhos trilhados e trajetos que ainda podem ser percorridos <i>Taina Aparecida Silva Santos</i>	217

PARTE II – TRABALHO E MEMÓRIA SOB A ESCRAVIZAÇÃO E NO PÓS-ABOLIÇÃO

Açúcar e escravidão: uma relação tardia na região centro-oriental de Porto Rico <i>Javier Alemán Iglesias</i>	241
Pós-Abolição ao sul: balanços e perspectivas <i>Fernanda Oliveira da Silva</i>	273
Racismo religioso, Estado laico e ensino de História <i>Alessandra Ferreira e Maria da Conceição Guilherme Coelho</i>	297
Disputando territórios no latifúndio do saber: o movimento quilombola brasileiro e a luta pelo direito a uma educação diferenciada na contemporaneidade <i>Jadson Fernando Rodrigues Reis e Arkley Marques Bandeira</i>	309
Um roteiro por São Paulo, cidade negra <i>Jaime Rodrigues</i>	325
A questão racial na história e na ficção de Lima Barreto no Brasil do pós-Abolição <i>Denilson Botelho</i>	337
Contar, classificar, representar: população e estatística nas primeiras décadas do século XIX <i>Regina Célia Lima Xavier</i>	351
Vivendo do que a terra dá: migração, trajetórias de lavradores negros e projetos de vida na São Paulo pós-abolição (1890-1940) <i>Fábio Dantas Rocha</i>	377
Sobrevivendo na urbe: cor, classe e criminalidade na Porto Alegre de finais das décadas de 1930 e 1940 <i>Sarah Calvi Amaral Silva</i>	397

Escravidão e aquilombamento nos sertões <i>Carolina Pazos Pereira</i>	419
Real Forte Príncipe da Beira: da fortificação militar à titulação de um quilombo remanescente na Amazônia brasileira <i>Daniela Paiva Yabeta de Moraes</i>	435
Uma <i>cidade negra</i> ? Santos e as “imagens cristalizadas” da historiografia paulista (1800-1850) <i>Airton Felix Silva Souza</i>	449
SOBRE OS AUTORES	463

AS ÚLTIMAS ESCRAVAS: NEGOCIAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE LIBERDADE NA TRAJETÓRIA DE MULHERES ESCRAVIZADAS NO RIO DA PRATA (SANTA FÉ E PARANÁ, 1810-1860)¹

Magdalena Candiotti

Em 28 de novembro de 1848, Gregoria Colobrán escreveu uma carta em Santa Fé ao seu “amadíssimo filho”, Francisco Cuello, agradecendo pelo “serviço de tamanha importância” que ele lhe estava oferecendo. Não sabemos se a carta era ou não de seu próprio punho e letra (embora nada sugira a intervenção de um terceiro). O que temos certeza é que seu conteúdo era transcendental. Gregoria, uma escrava mulata de mais de cinquenta anos e tantos sobrenomes quanto os donos que teve, coordenava uma estratégia de emancipação nessa carta.

Embora esta carta manuscrita talvez seja única no Rio da Prata, biografias como a de Gregoria são abundantes. Para contá-las, longe de testemunhos em primeira pessoa, dispomos de registros frios e lacônicos nos quais a presença delas ficou registrada, como dados populacionais, bens alienáveis ou ovelhas do rebanho católico. A partir dessa base e a contrapelo desses documentos, elaborados pelas elites e com finalidades administrativas, econômicas ou religiosas, reconstruiremos as condições de vida, os laços e as estratégias de sobrevivência e liberdade empregadas pelas mulheres escravizadas no Rio da Prata, particularmente na região costeira, após a revolução de Maio.

Para abordar essas histórias de escravização e emancipação, seguiremos os caminhos de três das últimas escravas da região e enquadraremos suas trajetórias no contexto mais amplo da diáspora africana em Santa Fé e Paraná. Investigaremos a relevância e as características que a escravidão teve nessas cidades; apontaremos as estratégias de liberdade que elas puderam implantar

antes da completa abolição decretada em 1853 e abordaremos a especificidade das formas femininas de acesso à liberdade. Por fim, abordaremos o processo de abolição definitiva para conhecer suas características e consequências para as pessoas emancipadas.

ESCRavidÃO NAS CIDADES DE SANTA FE E PARANÁ E O IMPACTO DAS POLÍTICAS DE ABOLIÇÃO GRADUAL

Começamos pela dimensão quantitativa. Não é fácil determinar o tamanho da população escravizada no momento da abolição porque as únicas contagens populacionais que se conservam para a cidade de Santa Fé foram feitas nas primeiras décadas do século XIX e estão incompletas². De acordo com o levantamento feito em 1816-1817, a cidade teria então cerca de seis mil habitantes, dos quais quase 40% eram “pardos e morenos”, e uns 11% do total da população era escravizada, sendo 56,9% mulheres³. No início de 1817, segundo o referido registro, viviam na cidade quase cem africanos. A grande maioria deles (89) eram escravos, e uns poucos eram livres (seis, dos quais um estava registrado como “tropa” e era presumivelmente um soldado liberado para participar da guerra). As origens africanas registradas foram Angola (48), Guiné (41), Mina (1) e Moçambique (1). Além dessas proveniências, foram registrados seis escravos “negros” de “Portugal”, que poderiam ter nascido em alguma das colônias portuguesas na África ou no Brasil.

No caso da cidade vizinha de Paraná (separada administrativamente como cidade e província em 1814, mas então inseparável em termos de redes familiares e propriedades), contamos com vários registros da primeira metade do século XIX. Eles apresentam uma população um pouco mais reduzida e com uma proporção menor de pessoas escravizadas. Em 1824, contavam-se 4.292 habitantes e os cativos rondavam os 5%⁵. Por volta de 1849, a população não havia aumentado significativamente, mas o número de escravizados – que não chegava formalmente a trinta pessoas – havia sido reduzido – embora a redução possa ter sido maior, pois não se conservam informações sobre todos os quarteirões em que a cidade fora dividida para fins administrativos e censitários e, nos existentes, é provável que tenha havido subnotificação.

O declínio no número de africanos, africanas e afrodescendentes escravizados na região foi sendo produzido no calor dos esforços persistentes de mulheres e homens cativos para comprar sua liberdade e acelerado como resultado da guerra

e das políticas de abolição gradual. O fim da escravidão após a ruptura do vínculo colonial não foi uma decisão repentina e definitiva, mas sim um processo lento e intergeracional. Iniciou-se em 1812, com as primeiras disposições proibindo o tráfico transatlântico emitidas pelo Primeiro Triunvirato e se aprofundaram em 1813, com a promulgação de uma lei do ventre livre pela chamada Assembleia do ano XIII. Essa legislação buscava evitar, por um lado, a entrada e, por outro, o nascimento de pessoas escravizadas no país. Teve uma primeira formulação que incluía o princípio do “solo livre” (liberdade para todos os escravizados que pisassem o território do país) e declarava “livres” os filhos de escravos. No entanto, regulamentações posteriores limitaram o alcance desses princípios ao excluir escravos fugidos e servos de propriedade de estrangeiros dos benefícios da liberdade ao entrar no país e ao atribuir o status de “libertos” aos filhos das escravas, deixando-os sob o *patronato* dos senhores de suas mães até os dezesseis anos para as mulheres e até os vinte anos para os varões. Durante esses anos, eles deveriam trabalhar de graça para seus patrões e esses serviços poderiam ser vendidos e herdados, e com eles, as pessoas.

Juntamente com essas leis, criou-se uma forma mais imediata, masculina e arriscada, de acesso à liberdade: o “resgate” forçado e massivo de escravos para participar das guerras de independência, depois das guerras com o Brasil e, finalmente, nas guerras civis. Enquanto isso, as mulheres adultas ou nascidas antes de 1813, sem novas formas de emancipação, deveriam usar o antigo caminho da manumissão, fosse por compra ou por negociação da graça⁶.

Desse modo, modulava-se um processo de abolição marcado pelo gênero e cujos ritmos e concretização dependeram em grande parte dos esforços dos cativos, seus familiares e parentes para garantir a vigência das novas leis. A abolição total da escravidão foi decretada em 1853 em Santa Fé, onde os constituintes concordaram em declará-la ilegal e previram que uma lei posterior regularia a modalidade de indenização aos senhores que “perdessem” seus cativos. Durante muito tempo, sustentou-se que ninguém reclamava essa indenização – uma tese que está em tempo de rever, como veremos adiante.

GREGORIA COLOBRÁN: MANUMISSÃO E REDES FAMILIARES

Gregoria nasceu em Santa Fé no final do século XVIII, presumivelmente como escrava de uma família Osuna ou Usuna, já que com esse sobrenome ela

foi registrada nas primeiras fontes nas quais a encontramos. Não sabemos se por compra ou herança, Gregoria mudou de senhor, sobrenome e cidade. Tornou-se propriedade do catalão dom Francisco Colobrán – um dos fazendeiros mais ricos da província de Entre Ríos –, casado com dona Catalina Troncoso, membra de um proeminente clã santafesino⁷.

Em Paraná, onde morava com seus senhores, Gregoria conheceu Cornelio Cuello, um carpinteiro “pardo”, “natural do Paraguai”, e com ele se casou. Diversos censos nos permitem ver como a família formada por eles viveu, cresceu e se dispersou. Em 1820, ambos foram registrados como residentes na casa dos Colobrán juntamente com outros cinco escravos (três mulheres e um varão) e um peão⁸. Um ano antes, o casal havia batizado sua primeira filha, María Magdalena. Em 1821 nasceria Francisco Solano (o filho da carta); quase dois anos depois Josefa Petrona e, em outubro de 1829, nasceu Narciso, o último filho que batizaram. Em 1824, Cornelio foi recenseado junto com duas africanas livres, Catalina Rodríguez (Benguela) e Rosa Lescano (Mina), vivendo muito perto de sua esposa e filhos, mas não com eles. É provável que essa separação se devesse à lógica do recenseador ao pensar a população, e não a uma separação material da família. Gregoria foi registrada (duas casas depois) junto com seus filhos Magdalena, Francisco e Josefa (e muitos outros “servos”) na casa de Colobrán⁹.

Uma densa rede de africanos e afro-mestiços escravizados, libertos e livres se tecia nas casas e ruas de Paraná (e rio-platenses em geral). Muitas escravas, casadas ou solteiras, viviam (com seus maridos e filhos, se os tivessem) nas propriedades de seus senhores. Ali dividiam trabalhos, alegrias e sofrimentos com outras mulheres escravizadas e suas famílias. Nas cercanias, nas praças, nos armazéns, nas oficinas de artesanato, junto ao rio ou na igreja, misturavam-se com outros escravos e com um mundo popular heterogêneo, composto por homens e mulheres de diversas origens geográficas e raciais. Teciam entre si laços mais estreitos, de família e de compadrio.

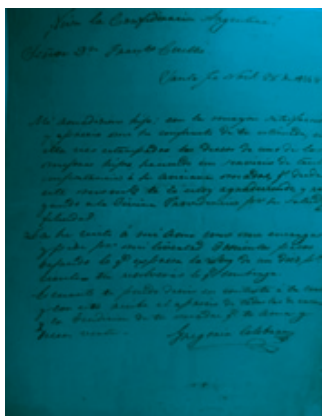
Ao mesmo tempo, sob o mesmo teto, transcorriam as vidas dos senhores. A do proprietário de Gregoria chegou ao fim de repente. Em setembro de 1824, o rico catalão morreu e foi sepultado na Igreja de Santo Domingo, em Santa Fé, onde a família de sua esposa costumava depositar seus mortos¹⁰. Dona Catalina, viúva e sem filhos, continuou instalada em Paraná junto com “seus” escravos e libertos, apesar de toda a sua família morar do outro lado do rio. Uma de suas sobrinhas, no entanto, Manuela Puig Troncoso, mudou-se para Paraná entre 1832 e 1841, já que seu marido, Pascual Echagüe, fora designado governador de Entre

Rios. Instalaram-se junto à casa de Dona Catalina e a relação entre tia e sobrinha cresceu ao ponto de, quando a anciã redigiu seu testamento “encriptado” [secreto] em 1841, Manuela foi designada sua única e universal herdeira. Em 1842, altos e baixos políticos não isentos de conflito levaram Echagüe do governo de Entre Rios ao de Santa Fé, para onde ele retornaria com sua família. Conhecer essas características da vida dos senhores, como veremos, é importante para compreendermos o destino e as possibilidades vitais de Gregoria, sua família e os demais escravos da casa.

Apesar da partida da sobrinha, dona Catalina continuou morando em Paraná. Em 1844, foi recenseada junto com Gregoria e Cornélio, outras três escravas – Ramona, Magdalena e Úrsula – e alguns filhos libertos dela – Pedro José e Trinidad¹¹. A essa altura, os filhos de Gregoria e Cornélio já não residiam com eles, o que é compreensível, pois haviam chegado à idade em que cessou o direito de *patronato* [tutela] que dona Catalina tinha sobre eles como filhos de sua escrava¹².

Em junho de 1845, Cornélio morreu e uma etapa na vida de Gregoria terminou. Em 1848, dona Catalina e Gregoria deixaram a casa em Paraná. Elas não foram registradas no censo de 1849 e Gregoria não foi incluída na *Estadística de esclavos* da província que o governador de Entre Rios, Justo José de Urquiza, ordenou que se elaborasse em 1848¹³. Dona Catalina e seus servos haviam se mudado para Santa Fé, perto da extensa rede das famílias Troncoso, Puig e Echagüe.

No entanto, Gregoria voltaria a Paraná e lá morreria, pobre, em fevereiro de 1853¹⁴. Diante desse triste desfecho, e com a ajuda de seu filho Francisco, Gregoria ensaiaria uma saída da escravidão. Para conhecer essa estratégia, voltemos à carta de Gregoria, reproduzida a seguir.



A missiva era a resposta a uma carta anterior de Francisco em que ele se oferecia para colaborar com a alforria de sua mãe. Gregoria, exultante, rezou “à divina providência por sua saúde e felicidade [a de seu filho]” e contou-lhe sobre os passos que pode dar: “Vi minha senhora como você me encarregou – ela escreveu – e ela pede por minha liberdade \$ 200, baixando o que expressa a lei em 10%”.¹⁵ De fato, desde 1825 o governo da província de Santa Fé havia estabelecido uma política de promoção de manumissões que ordenava que os mestres reduzissem em 10% o preço da avaliação oficial dos cativos que quisessem comprar sua liberdade¹⁶. Poucos foram os escravos que puderam usufruir desse desconto nos quase trinta anos de vigência dessa disposição legal e um deles, por uma reviravolta bem peculiar, foi Gregoria¹⁷.

Depois de coordenar o preço com sua senhora e comunicar o filho, Gregoria encerrou sua epístola com um “você decidirá o que for conveniente”. Os arranjos feitos pelo jovem liberto, que se tornou “dom” (qualidade que denotava certo *status*) não são claros, mas não foram menos importantes, pois ele conseguiu chegar aos mais altos níveis do governo de Entre Rios para alcançar seu objetivo. De acordo com os registros notariais da cidade, em janeiro de 1849 o governador de Entre Rios, Justo José de Urquiza, comprou em Santa Fé de Dona Catalina Troncoso “uma escrava mulata chamada Gregoria, com mais de 50 anos”.¹⁸ O preço combinado foi de \$ 180 e a operação estava isenta da *alcabala* (imposto municipal sobre todas as transações).¹⁹ Por quê? Porque, como registrou o tabelião, a compra foi feita “com o louvável e filantrópico propósito de libertá-la da escravidão a que está sujeita, conforme afirma o Exmo. Sr. Delegado Governador Sr. Antonio Crespo em uma carta datada de dezembro passado”.²⁰ Ou seja, não era uma compra e venda regular: a operação fazia parte de uma estratégia pela qual Gregoria se emanciparia. Por isso, seu valor foi reduzido em 10% e a transação ficou isenta de imposto, conforme cabia nos casos de autocompra de liberdade. Francisco Cuello conseguiu chegar a Urquiza e obteve dele (ou de seu governador delegado) o compromisso de ajudar sua mãe. Muito provavelmente, essa ajuda foi um empréstimo para Francisco ou para a própria Gregoria, que eles teriam que pagar depois. A intervenção de Urquiza em outra alforria sugere isso. Em 1851, em carta a Antonio Crespo, o caudilho expressou o seguinte:

“Pelo que você me diz sobre a escrava Tránsito Villamea, vejo a mesquinhez de seus senhores e *seguindo desta vez como sempre as inspirações de minha consciência, embora não haja lei escrita que favoreça os escravos neste caso, há, no entanto, a lei suprema das*

*leis, da razão e da justiça que emanam de seus princípios e por isso tomei a decisão de proteger a liberdade desta infeliz velha enferma e para este efeito ordeno que você lhe dê por esta caixa em forma de empréstimo a soma de \$ 50 que, juntamente com as 6 onças que o Tránsito oferece por sua liberdade, constituem seu preço atual e o excesso reivindicado por seus senhores deve ser por eles cedido”.*²¹

A solução oferecida por Urquiza foi autorizar o governador delegado Crespo a contribuir para a emancipação de María del Tránsito fazendo uso de recursos públicos, a título de empréstimo. É possível que um procedimento semelhante tenha sido seguido no caso de Gregoria.

Não sabemos se, nesse caso, Gregoria ou seu filho conseguiram pagar a dívida. Também não sabemos se aquele documento de compra e venda para emancipar lhe serviu como prova de liberdade. Mas sabemos que alcançar esse *status* foi “a questão mais importante” para ela e que a ajuda de seu filho foi fundamental. Quando Dona Catalina Troncoso morreu, em 1849, seu testamento secreto foi aberto com grande expectativa diante de várias testemunhas. Ele incluiu apenas indicações sobre seu enterro, ordens religiosas e a designação de sua herdeira. Embora tenha deixado alguns pesos “para a conservação dos lugares santos de Jerusalém e da terra santa e a redenção dos cativos cristãos”, Ela não previra nenhuma graça para seus cativos²². Não fossem os esforços de Francisco, sua mãe teria morrido como escrava e parte da herança de Manuela Puig. Segundo o censo de 1869, a herdeira e viúva do ex-governador das duas províncias vivia novamente em Paraná com sua família extensa e seis servos, dos quais pelo menos dois eram descendentes dos escravos da família Troncoso ou Colobrán²³. Mesmo com o estatuto de livre, muitos descendentes de escravizados continuaram imersos em redes de dependência surgidas de histórias de cativo e vinculadas a ocupações típicas deste, como o serviço doméstico.

Em certo sentido, a história de Gregoria é excepcional, não só porque temos talvez o único registro escrito de próprio punho por uma escrava coordenando sua liberdade no Rio da Prata, mas também pela intervenção singular dos governadores titular e delegado de Entre Rios. No entanto, também é típico e representativo das vivências cotidianas de centenas de escravos no litoral: nascidos cativos, vendidos a diferentes donos, transferidos entre cidades sem seu consentimento, mães de filhos libertos, casadas com outros escravos ou com homens livres indígenas ou mestiços e desejosas de emancipação. A trajetória de Gregoria também ilumina a persistência da escravidão doméstica ao longo das

décadas pós-independência, a importância dos laços familiares e a vontade de alcançar o estatuto de livre, mesmo na velhice, bem como o papel fundamental das redes e apoios coletivos nesses esforços.

Pode-se imaginar que, depois de longos anos de convivência e serviço fiel, Gregoria poderia ter colhido uma liberdade graciosa de sua rica senhora. No entanto, não foi assim. Sem a ajuda de Francisco, a liberdade de Gregoria não teria sido possível. O jovem liberto, depois de servir a proprietária de sua mãe e sair de seu domínio, conseguiu construir um lugar social que lhe permitiu ser chamado de “dom”, ter meios para solicitar a intervenção do governo e possivelmente obter um empréstimo. Esses recursos e redes foram fundamentais para que Gregoria conquistasse a liberdade nos últimos anos de sua vida.²⁴ Outras mulheres escravizadas ensaiaram sozinhas a saída do cativeiro ou a melhoria de suas condições de escravidão. Assim fez, por exemplo, Manuela Eduvigés.

MANUELA EDUVIGES: ASSALARIANDO O TRABALHO CATIVO

Manuela Eduvigés era escrava de dona Eduarda Prado de Grieria em Colônia do Sacramento. Em 1842, dois fenômenos mudariam a vida de ambas as mulheres: dom Mariano Grieria morreria, deixando viúva a esposa grávida e, por sua vez, nasceria a criança que sua mãe chamaria de Mariano de los Dolores²⁵. Talvez para resolver seus assuntos ou repensar sua vida, dona Eduarda mudou-se para Buenos Aires. Embora nas províncias que compunham o antigo Rio da Plata vigorasse o princípio do “solo livre” – de emancipação dos escravos que ali pisassem – isso excluía os servos de cidadãos estrangeiros. É por isso que a entrada de Manuela Eduvigés como escrava foi possível e sua migração não afetou seu estatuto legal. Uma vez em Buenos Aires, e talvez por necessidades econômicas, dona Eduarda vendeu Manuela Eduvigés a um comerciante santafesino, dom José Iturraspe. Este tipo de venda esteve proibido durante anos, mas desde 1831 Juan Manuel de Rosas havia autorizado a possibilidade de venda desses criados.

Tenso de mudado para Santa Fé e solteira, em novembro de 1849, Manuela – já com o sobrenome Iturraspe –, teve uma filha que chamou de Severa, registrada como “liberta” no batismo.²⁶ Ao contrário de Gregoria, Manuela não tinha redes e vínculos naquela cidade, mas construiu seus próprios meios para buscar a liberdade. Imersa em um contexto de forte contração do mercado de cativos, Manuela conseguiu negociar um pseudo contrato de trabalho com seu senhor.

Nele, assinado em outubro de 1850, Iturraspe registrou que Manuela “está a serviço de sua casa e família [...] [servindo] com a pontualidade, exatidão e fidelidade de uma empregada honesta, grato por sua boa conduta e comportamento, e decoro para retribuir-lhe de alguma forma por tudo isso, ela fez a seguinte oferta”.²⁷

Primeiramente, a partir do mês seguinte, ele lhe pagaria 12 reais de prata mensalmente, “assistindo-a também no que for necessário para sua manutenção e vestuário, como tem feito até aqui”; em segundo lugar, concordou com a possível redução de uma onça em seu preço “em benefício de sua liberdade, das 8 onças indicadas pelas quais ele a comprou”. Finalmente, cedia-lhe o direito de *patronato* sobre Severa. Desta forma, o contrato prometia não só abrir caminho para Manuela Eduviges comprar sua liberdade, como lhe atribuiu um salário que tornaria isso possível. A negociação não pode ser compreendida se não no contexto de uma crescente dificuldade de fixação do trabalho das mulheres escravizadas e devido às estratégias habilidosas de Manuela. É provável que ela tivesse condições de conseguir uma oferta melhor de outro senhor, ou mesmo um empréstimo por sua liberdade. Contamos com inúmeros registros desse tipo de empréstimo para comprar a liberdade em troca de serviços por um certo número de anos no caso de Buenos Aires.²⁸ Ambos os mecanismos de acesso à liberdade foram fortalecidos desde o final dos anos 1820, à medida que a disponibilidade de cativos diminuía e a escassez de mão de obra, especialmente a estável, se agudizava. Embora em Santa Fé não abundem contratos formalizados desse tipo, não é improvável que tenham sido realizados informalmente na encruzilhada da vontade de escravizados de se libertarem e de senhores ansiosos por estabilizar a força de trabalho, especialmente a doméstica.

A possibilidade de passar para um senhor que fizesse tais arranjos ou de negociar um empréstimo a ser pago com trabalho cativo pode ter levado dom Iturraspe a definir essa série de “benefícios” (a redução de preço e a sessão do *patronato*) para Manuela. De fato, como esclareceu o documento, não teriam efeito “quando seu escravo quiser deixar seu poder para se mudar para outro domínio.”²⁹ Assim, sob a aparência de uma graça concedida, havia uma estratégia senhorial de fixação do trabalho e uma manobra escrava de pressão e negociação.

No entanto, no médio prazo, o negócio fracassou. Em outubro de 1851, Iturraspe vendeu Manuela e transferiu o a tutela da pequena Severa para dona Dominga Crespo de Comaleras, uma senhora de Santa Fé que morava com o marido em Paraná. Dona Dominga teve quatro filhos e estava grávida, por isso é possível que tenha procurado os serviços de Manuela para cuidar de sua prole.³⁰ As

tarefas de cuidar de crianças, incluindo as amas de leite, eram uma das principais ocupações das mulheres escravizadas. O acordo que tinham registrado perante o notário revelava que Iturraspe queria manter os serviços de Manuela e impedi-la de mudar de senhor, pelo que podemos pensar que, para ele, a venda representou um fracasso. No entanto, também é provável que Iturraspe, cansado de tentar persuadir ou punir Manuela, tenha decidido se separar dela. Não podemos saber se Manuela concordou com essa venda ou se ficou ressentida. De qualquer forma, sabemos que ele conseguiu ficar com Severa desde que Iturraspe concedeu a dona Dominga o poder sobre a menina.

Manuela queria alcançar sua liberdade. Recém-chegada à região e sem maiores redes para ajudá-la, ela fez o possível para negociar melhores condições em seu cativeiro e chegar o mais próximo possível da manumissão. O que finalmente conseguiu, ou sofreu, foi uma mudança de senhor, não de *status*. De qualquer forma, sabemos que em menos de dois anos ele estaria livre, pois a instituição escravista veria seu fim na região. Se alguns escravos, como Gregoria, puderam contar com apoio familiar e recursos para explorar o caminho da manumissão paga e alcançar a liberdade, outros tiveram que esperar os dias da abolição final para verem libertos a si mesmos e seus filhos e filhas.

VICTORIA CANDIOTI: ABOLIÇÃO TOTAL E INDENIZAÇÕES

A proibição total da escravidão na Argentina seria estabelecida em maio de 1853 no âmbito da convenção constituinte que formalizou um marco institucional nacional, projeto impossível desde a ruptura colonial. Os congressistas reunidos desde novembro de 1852 na cidade de Santa Fé nomearam uma comissão para redigir o anteprojeto. Uma vez pronto, foi lido e aprovado pelo plenário em sessões realizadas no mês de abril de 1853. O artigo 15 da Constituição proposta estabelecia que “Na Confederação Argentina não há escravos: os poucos que existem hoje ficam livres daqui para frente desde o juramento desta constituição; e uma lei especial regulará as indenizações a que dê lugar esta declaração”. A moção foi aceita por unanimidade e, apesar de sua importância, teve a singularidade de não provocar debates.³¹ Sem opositores ferrenhos ou defensores sensíveis, o fim legal da escravidão foi declarado. Foi acordado adiar para uma lei posterior a regulamentação dos modos de compensação dos senhores de escravos existentes.

Por muito tempo se sustentou que nenhum senhor solicitava essa compensação e que isso se devia ao forte consenso antiescravista existente.³²

Porém, não foi assim. Pelo menos em Mendoza, Córdoba, Corrientes e Santa Fé foram criadas comissões especiais para registrar, avaliar e pagar o preço dos últimos escravos. No caso de Santa Fé, em 25 de julho de 1853, foi decretada a criação de Comissões Classificadoras por departamento, encarregadas do reconhecimento dos escravos. Os pedidos de indenização e pagamentos foram feitos no Departamento de Rosário (não se sabe o valor exato), no Departamento de San Jerónimo – onde foram avaliados oito escravos³³ e pelo menos 10 petições em Santa Fé (3 pelo convento de Santo Domingo da cidade e 7 por membros da elite local).³⁴

Uma das escravas por cuja liberdade se solicitou o pagamento naquela cidade foi Victoria Candiotti. Nascida em Santa Fé e filha de outro escravo, Victoria pertencia a um dos mais ricos comerciantes e latifundiários da região: Francisco Antonio Candiotti. Seus escravos se contavam às dezenas. De acordo com a avaliação realizada após sua morte (ocorrida em agosto de 1815), Candiotti havia deixado 48 cativos cujo valor total era de \$ 8.955.³⁵ Tratava-se de varões e mulheres, adultos e crianças, entre os quais se encontrava uma Victoria de 18 anos, avaliada (como Gregoria alguns anos antes) em \$ 200. Porém, a idade exata é incerta porque, segundo o cadastro urbano feito alguns meses depois, a escrava Victoria Candiotti, que morava na propriedade de Petrona Larramendi, viúva de Candiotti, tinha 13 anos. Arredondamentos de idade em registros não eram incomuns. De fato, segundo o pedido de indenização formulado por Petrona Antonia Candiotti em agosto de 1853, Victoria tinha 47 anos. Se era sim, ele havia nascido entre 1806 e 1807, sendo mais jovem do que outras fontes sugeriam.

Victoria havia morado em casas com forte presença de trabalhadores escravizados, inclusive numerosos africanos. Em Santa Fé, mais de 15% dos escravizados em 1816 eram africanos.³⁶ Embora os casamentos entre escravos do mesmo senhor fossem frequentes (e entre os de Candiotti eram), Victoria permaneceu solteira. Em 1822, teve uma filha liberta, María Dominga, e é provável que tenha tido outra, Jacoba, cuja data de nascimento não encontramos, mas que morreu já adulta em 1847.³⁷ Como uma trabalhadora doméstica solteira, as opções de liberdade de Victoria eram limitadas. Ele não poderia ter uma fonte de renda suplementar que lhe permitisse economizar para manumitir-se, nem poderia ter a ajuda de um companheiro ou familiar para consegui-lo.

Ao menos seis membros desse grande grupo de cativos que Candiotti havia reunido, incluindo Victoria, chegaram à época da abolição como escravizados e vivendo sob o controle de dona Petrona Antonia, que pediu indenização pela

libertação de todos eles: Juan, Florentino, Benedicta, Alexandra e Dolores. Tanto Benedicta quanto Dolores e Victoria deram à luz meninos e meninas libertos, sendo as duas últimas mães solteiras.

A ausência de novos censos em Santa Fé (até 1869) não nos permite saber o que aconteceu com a vida dos seis após sua libertação. Se Victoria continuou vivendo com sua antiga senhora ou se ela quis e conseguiu um novo lugar. Também não sabemos se ela conseguiu um emprego para se sustentar e finalmente ser beneficiária de seu próprio trabalho. O regulamento provincial da abolição previa um controle desse trabalho para garantir que não houvesse “preguiçosos” e que eles não se tornassem um encargo público. O artigo 4º do decreto que criou a Comissão de Classificação afirmava que “os escravos estão em plena liberdade para escolher os seus meios ou trabalho honesto, para adquirir a sua subsistência, *que comunicarão à polícia*”.³⁸ O chamado para procurar um emprego remunerado e a vigilância policial eram o cenário esperado. Assim, a tradição de controle das liberdades negras foi atualizada. Tradição que remontava aos decretos do bom governo colonial e que o “Regulamento para a educação e exercício dos libertos” havia renovado.³⁹

Embora não possamos reconstruir como e onde Victoria viveu após a abolição, sabemos que sua família continuou ligada a dona Petrona. A manutenção desse vínculo vertical pela possível proteção de um membro da elite era estratégica. Isso ficou evidente quando, em 1862, María Dominga, filha liberta de Victoria, casou-se com Eduardo Pereira de Corrientes e “o Dr. Don Simeón Iriondo e Dona Petrona Candioti foram testemunhas”.⁴⁰ Unir-se à sua ex-senhora e seu filho, Simón de Iriondo, era uma estratégia razoável para angariar prestígio, honra e, talvez, ascensão social. Iriondo era o então Ministro do Governo e alguns anos depois viria a ser governador.

Quando María Dominga se casou, sua mãe emancipada havia falecido e fora sepultada em 29 de abril de 1858 na igreja matriz, com um “ofício de segunda classe” pago com esmolas.⁴¹ Ser livre não havia significado, pelo menos para ela, prosperidade.

CAMINHOS DA LIBERDADE E DEPENDÊNCIA

As histórias de Gregoria, Manuela e Victoria tem em comum certas características. Escravas de nascença e com filhos libertos, dedicavam-se ao

serviço doméstico e à criação dos filhos das famílias mais ricas e influentes da região. Ao contrário dos homens escravizados, que obtiveram acesso massivo à liberdade por meio da participação armada em guerras, os caminhos para a liberdade das mulheres escravizadas, especialmente aquelas dedicadas ao serviço doméstico, eram sinuosos e mais incertos.⁴² Muitas delas continuaram sendo escravizadas por senhores e senhoras que buscavam no trabalho cativo uma forma de garantir a continuidade das delicadas funções de cuidar, cozinhar e limpar nos lares da elite. Eram os casos de Gregoria, Manuela e Victoria, cujas trajetórias, por sua vez, foram diversas e vinculadas a certas características de suas biografias: Victoria e Manuela permaneceram solteiras, enquanto Gregoria era casada com um homem livre. Gregoria teve que esperar anos para comprar sua liberdade, mas com a ajuda de seu filho liberto e de suas redes, conseguiu fazê-lo. Apesar de ter compartilhado sua vida com um homem livre, sua família teve que escolher cuidadosamente como usar os limitados recursos provenientes das atividades artesanais de Cornélio. Gregoria não conseguiu economizar o suficiente para se manumitir, ou ela e o marido decidiram não tentar isso antes. No entanto, em meados da década de 1840, depois de ficar viúva e se mudar para Santa Fé com sua senhora idosa, Gregoria provavelmente queria, mais do que nunca, ser livre. A liberdade pode ter significado para ela a possibilidade de retornar a Paraná junto com seus filhos livres, ou pelo menos com Francisco. Manuela passou por várias mudanças de cidades e trocas de proprietários. Isso reduziu suas redes e possibilidades de colaboração, mas não a desencorajou a buscar melhores condições de vida e de trabalho. Victoria, por sua vez, nascida e criada como escrava em Santa Fé, solteira e trabalhando dentro de casa, não conseguiu salvar-se ou emancipar-se até que a escravidão como instituição fosse banida do país.

As elites em suas obras e os periódicos da época passaram décadas elogiando as primeiras políticas abolicionistas do Rio da Prata, tratando da escravidão no passado, como um fenômeno ultrapassado. No entanto, isso não condiz com o que acontecia nas próprias casas daqueles que postulavam a suposta extinção do trabalho cativo. As negociações de Gregoria para colocar um preço em sua liberdade mostram que a escravidão (embora em declínio) ainda estava em vigor e que os proprietários (mesmo os mais ricos e poderosos) não pavimentaram filantropicamente o caminho para o seu fim. Como dom Iturraspe e Crespo de Comaleras, continuaram procurando e comprando escravos. E como nos mostram o pedido de indenização de Dona Petrona Candiotti pela liberdade de

Victoria e a “venda” de Gregoria a Urquiza por dona Catalina Troncoso, até o último momento os proprietários consideraram que esse “recurso” não poderia ser perdido de graça. É provável que até o “altruísmo” de Urquiza tenha sido canalizado na forma de empréstimo e não gratuita, muito menos entendido como um direito.

Em um contexto de escassez de relatos sobre os últimos anos da instituição escravista e, mais ainda, de biografias de mulheres escravizadas na região, procuramos mostrar o potencial e a possibilidade de iluminar os perfis individuais de vida e emancipação de duas cativas comuns, da multidão.⁴³ Mulheres que não lideraram rebeliões ou grandes feitos, mas tiveram que modular estratégias de sobrevivência e emancipação inseridas nas relações de dominação e desigualdade que a escravidão implicava. Quando nos aproximamos de suas trajetórias e vivências cotidianas, é fácil perceber o quanto suas vidas estão distantes dos retratos que as elites construíram sobre elas. Nesses olhares letrados, elas eram descritas como promíscuas, exuberantes, grotescas, sem apego aos seus parceiros e filhos.⁴⁴ A construção dessas imagens estereotipadas e coisificadoras cumpriu um papel funcional na reprodução da escravidão. Ao desumanizar as mulheres escravizadas, justificou (implícita ou explicitamente) a separação das famílias negras, o aluguel ou venda de puerperas para amamentar os filhos de outras pessoas e até mesmo a violência sexual a que elas poderiam ser submetidas. Não que essas narrativas fossem responsáveis por essas práticas, mas ambas foram nutridas e alimentadas por imaginários que as normalizaram e as tornaram possíveis. Todo um modo de conceber gênero e raça sustentou as relações escravas, marcou a maternidade escrava e permeou o processo de abolição.

A lei do ventre livre foi uma forma de emancipação especialmente marcada pelo gênero. A maternidade escrava havia sido “marcada por um enorme grau de incerteza que se manifestava nos corpos das crianças cujo futuro estava além do controle” de suas mães.⁴⁵ Algo semelhante aconteceu com mães escravas que deram à luz crianças consideradas libertas. O cuidado com essas crianças muitas vezes estava sujeito a mais vicissitudes do que o das crianças cativas, porque os proprietários se ressentiam de investir tempo e ter despesas com pessoas que não eram mais sua propriedade. Por sua vez, como o *patronato* dos libertos podia ser alienado (vendido ou herdado), mães e filhos podiam ficar separados, às vezes para sempre. Embora não fosse o caso de Gregoria, Manuela, Victoria e seus filhos, esse era um fenômeno diário e generalizado no Rio da Prata.

Liberto.

SE desea comprar el patronato de un liberto de 9 á 12 años. El que tuviese uno para vender ocurra á la calle de la Esmeralda núm. 42. e8 3*

O acesso desses libertos à liberdade foi lento porque durante anos tiveram que servir gratuitamente aos senhores de suas mães, mas também foi um divisor de águas porque, quando eram formal e plenamente livres, podiam receber salários, escolher onde morar, se e com quem casar. A liberdade abria maiores possibilidades de ascensão e demarcação social, embora muitas vezes não cortasse os laços de dependência com os antigos senhores nem alterasse os postos de trabalho a que podiam aceder. As filhas libertas dos companheiros de cativo de Gregoria continuaram sob o guarda-chuva de Manuela Puig, herdeira de seu empregador. A filha de Victoria foi apadrinhada por sua antiga patroa e seu filho. Ainda há muito a ser estudado sobre os destinos dos descendentes de escravizados.

Africanas, africanos e seus descendentes, pessoas que foram escravizadas ou libertas, assim como seus filhos e suas filhas, constituíam o cimento das classes populares do litoral e da Argentina. Com o tempo, eles deixaram de ser marcados racialmente (pelo menos explicitamente) e sua presença pôde ser apagada do papel. No entanto, é hora de que sua história, que tem tão pouca presença na memória pública argentina, seja restaurada, investigada e pensada como o que é: *nossa* história.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Manuscritas

Archivo General de la Provincia de Santa Fe (AGPSF):

- Gobierno, Tomo 1 (1573-1830), Leg. 8; “Padrón del cuartel n° 2”, folhas 170-185;
- Gobierno, Tomo 1, Leg. 9, “Padrón del Cuartel n° 4”, folhas 186-210;
- Cabildo, Documentos Varios, Tomo 35, “Padrón del cuartel n° 3”, folhas 1-39;
- Gobierno, Tomo 12, 1853, fl. 772;
- Actas de la Asamblea Nacional Constituyente, 1853;
- Cabildo, Documentos Varios, Tomo 35, “Padrón del cuartel n° 3”, fls. 1-39.

Archivo General de la Provincia de Entre Ríos (AGPER):

- Gobierno, Série VII; Legado 18, Copias del Padrón 1820, conservado no Archivo General de la Provincia de Corrientes;
- Gobierno, Série VII, Caixa 1, Legado 2, “Censo de habitantes de la Villa del Paraná”, 1824;
- Gobierno, Série VII, Legado 9. Censo de habitantes en Paraná, Cuartel n° 1, 1844;
- Gobierno, Serie VII, Caixa n° 2, Legado n° 12.;
- Gobierno, Serie VII, Caixa 3, Legado 1, “Censo se Los Departamentos Jurisdiccionales del Paraná”, 1849.

Departamento de Estudios Etnográficos y Coloniales (DEEC), Santa Fe:

- Escrituras Públicas, T. 23, 1811-1816; T. 24 - 1816-1823; T. 25, 1824-1830; T. 26 - 1829-1839; T. 27 - 1840-1856.

Coleção privada de Mario López Olaciregui:

- Carta de Gregoria Colobrán a seu filho Don Francisco Cuello, Santa Fe 1848.

AS ÚLTIMAS ESCRAVAS

Archivo de la Arquidiócesis de Santa Fe:

- Libros de Bautismos, v. 9, 1809-1818; v. 10, 1814-1818; v. 11, 1819-1826; v. 12, 1826-1832; v. 13, 1832-1837, v. 14, 1837-1843; v. 15, 1843-1848; v. 16, 1848-1852; v. 17, 1852-1858;
- Libros de Matrimonios, v. 4, 1804-1819; v. 5, 1820-1838; v. 6, 1838-1857.

Archivo del Convento e Iglesia de Santo Domingo, Santa Fe:

- Caixa nº 3. Sagrada Congregación de Religiosos del Obispado de Buenos Aires y del Obispado de Santa Fe. Bulas y Decretos Pontificios. Documentos administrativas y contables.

Archivo de la Junta Provincial de Estudios Históricos de Santa Fe (JPEH):

- Fundo Candiotti.

“Real Cédula confirmando la exención del pago de alcabala en los casos de que el esclavo comprase su libertad o la obtuviese por liberalidad del dueño”. San Lorenzo, 27 de outubro de 1790, *Cedulario de Buenos Aires*, v. I, n.174:

Documentos relativos a la organización constitucional de la República Argentina. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Sección de Historia, 1911, Tomo II.

Imagens de familysearch.org:

- *Censo Nacional*, 1869, disponível em <<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:M4W6-KYM>>, acesso em 9 abr.2020, Manuela Troncoso, Paraná, Entre Ríos, Argentina; Archivo General de la Nación, Buenos Aires; FHL microfilme 701,119;
- <<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XF5Y-T4F>> acesso em 9 abr.2020, Francisco Colobran, 28 de setembro de 1824; Defunciones, La Capital, Santa Fe, Argentina; FHL microfilme 1,097,794;
- <<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XFTV-7PP.22>>, acesso em 9 abr.2020, fev.1841, Nuestra Señora del Rosario, Paraná, Entre Ríos, Argentina
- <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:QV3Q-DV3F>>, acesso em 9 abr.2020, Gregoria Colousan, 16 fev.1853; Nuestra Señora del Rosario, Paraná, Entre Ríos, Argentina
- Paróquia Santísimo Sacramento, Colonia, Uruguay, imagem <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSKH-ZSPB-H?personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A68XG-FTD7>>, acesso em 18 abr.2022;

- <<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XFR3-4Q4>>, acesso em 9 abr.2020, Jacova Candiotti, 12 abr.1847; Defunciones, La Capital, Santa Fe, Argentina, Parroquias Católicas, Santa Fe; FHL microfilme 1,097,795;
- <<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:V6P6-RRT>>, acesso em 9 abr.2020, Dominga Candiotti, 23 jun.1863; Defunciones, La Capital, Santa Fe, Argentina, Parroquias Católicas; FHL microfilme 1,097,796;
- <<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:V6P6-P6Z>>, acesso em 9 abr.2020, Victoria Candiotti, 29 abr.1858; Defunciones, La Capital, Santa Fe, Argentina, Parroquias Católicas; FHL microfilme 1.

Impressas

- *Registro Oficial de la Provincia de Santa Fe*, Tomo I. Santa Fé: Tip. de la Revolución, 1815.
- *Registro Oficial de la Provincia de Santa Fe*, Tomo II. Santa Fé: Tip. de la Revolución, 1853.

Bibliografía

ALBERTO, Paulina. “Liberta por oficio: negociando los términos del trabajo no libre en Buenos Aires en el contexto de la abolición gradual, 1820-1830”. In: GUZMÁN, Florencia e GHIDOLI, María de Lourdes (comps.). *El asedio a la libertad: abolición y postabolición*. Buenos Aires: Biblos, 2020.

ANDREWS, George Reid. *Los afroargentinos de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1989.

BORUCKI, Alex, “250 años de tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata: de la fundación de Buenos Aires a los ‘colonos’ africanos de Montevideo, 1585-1835”. *Claves: Revista de Historia*, v.7, n.12: 2021, p. 255-290.

CANDIOTTI, Magdalena. *Una historia de la emancipación negra: esclavitud y abolición en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2021.

CANDIOTTI, Magdalena. “Hacia una historia de la esclavitud y la abolición en la ciudad de Santa Fe, 1810-1853”. In: GUZMAN, Florencia; GELER, Lea e FRIGERIO, Alejandro. *Cartografías afrolatinoamericanas. 2: perspectivas situadas desde la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2016.

CANDIOTI, Magdalena. “Manumisiones negociadas y libertades frágiles en el Río de la Plata (Santa Fe, 1810-1853)”. In: FREIRE, Jonis e SECRETO, María Verónica (orgs.). *Formas de libertades: autonomías esclavas na América nos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2018.

CANDIOTI, Magdalena; CÁCERES, Gonzalo; MONTI, Eliana; RITTINER, Florencia; SOSA, Francisco; VIOLA, Ariel e RODRÍGUEZ, Elías. “Esclavos, libres y libertos en la ciudad de Santa Fe a inicios del siglo XIX: un análisis demográfico y social a partir del padrón de población de 1816-1817”. In: GHIRARDI, Mónica (ed.). *Esclavos: la subjetividad negada*. Córdoba: Baez, 2018.

CRESPI, L. “Abolición gradual y libertades vigiladas en el Río de la Plata: la política de control de libertos de 1813”. *Corpus*, v.6, n.1: 2016.

CRESPI, L. “Ni esclavo, ni libre: el status del liberto en el Río de la Plata desde el período indiano al republicano”. In: MALLO, Silvia e TELESCA, Ignacio (eds.). “*Negros de la Patria: los afrodescendientes en las luchas de independencia en el antiguo virreinato del Río de la Plata*. Buenos Aires: SB, 2010.

DE LA FUENTE, A. “Slaves and the Creation of Legal Rights in Cuba: Coartacion and Papel”. *Hispanic American Historical Review*, n.87: 2007.

DJENDEREDJIAN, Julio e MARTIRÉN, Juan Luis. “Los aforos de alcabalas como fuente útil para el estudio de los precios en el Río de la Plata: metodología e interpretación sobre su evolución en la etapa virreinal (1782-1810)”. *Folia Historica del Nordeste*, n.26: 2016, p. 74-94.

EDWARDS, Erika Denise. *Hiding in Plain Sight: Black Women, the Law, and the Making of a White Argentine Republic*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2020.

GÁLVEZ, Víctor (Vicente Quesada). “La raza africana en Buenos Aires”. *Nueva Revista de Buenos Aires*, n.8: 1883, p. 258.

GHIDOLI, María de Lourdes. *Estereotipos en negro: representaciones y autorrepresentaciones visuales de afroporteños en el siglo XIX*. Rosario: Prohistoria, 2016.

GOLDBERG, Marta. “Las afroargentinas (1750-1880)”. In: LOZANO, Fernanda Gil; PITA, Valeria e INI, María Gabriela (dirs.). *Historia de las mujeres en la Argentina: Colonia y siglo XIX*, Tomo I. Buenos Aires: Taurus, 2000.

GRINBERG, Keila. “A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2º metade do século XIX)”. *Revista de Indias*, v. 71, n.251: 2011.

GUZMÁN, Florencia. “María Remedios del Valle, ‘La Capitana’, ‘Madre de la Patria’ y ‘Niña de Ayohuma’: historiografía, memoria y representaciones en torno a esta figura singular”. *Nuevo Mundo - Mundos Nuevos*, Debates: 2016.